



2021

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES

 www.mpc.es.gov.br

 27 3334-7600 ramal 5

 @mpcespiritossanto

 @mpcespiritossanto

 @mpc_es

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

Missão

Zelar pelo cumprimento da Constituição da República e da Constituição do Estado do Espírito Santo, especialmente no que se refere à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado do Espírito Santo e de seus municípios

Visão

Ser reconhecido como uma instituição capaz de promover efetivamente o controle externo da Administração Pública no Espírito Santo.

Valores

- Defesa da legalidade e dos princípios constitucionais da Administração Pública;
- Transparência;
- Autonomia;
- Independência;
- Honestidade;
- Respeito às pessoas e às instituições.

APRESENTAÇÃO

O presente relatório busca dar transparência às atividades específicas do Ministério Público de Contas do Estado do Espírito Santo (MPC-ES) e dados sobre o andamento dos processos de execução dos acórdãos do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), cujo monitoramento está entre as atribuições deste órgão ministerial, ao longo de todo o exercício de 2021.

Este documento reúne as informações relativas ao ano de 2021, consolidadas pelo Núcleo de Comunicação do MPC-ES, a partir dos dados obtidos no sistema e-TCEES, encaminhados pela Secretaria do Ministério Público de Contas e pelas Procuradorias de Contas.

Um dos destaques da atuação deste órgão ministerial no último ano foi na interposição de recursos contra decisões do Tribunal de Contas. Foram mais de 100 recursos interpostos ao longo do exercício, o que demonstra que o Ministério Público de Contas não se furta a cumprir o seu papel e questionar as decisões da Corte de Contas, ainda que esteja a ela submetida do ponto de vista administrativo.

Também foram apresentadas 23 representações e expedidas seis recomendações, boa parte delas pelo Gabinete Especial Covid-19, cuja criação teve o objetivo de proporcionar uma fiscalização mais efetiva das medidas adotadas pelo Estado do Espírito Santo e pelos municípios capixabas em decorrência da pandemia do novo coronavírus.

Luis Henrique Anastácio da Silva

Procurador-Geral

SUMÁRIO

1- Atividades de Controle Externo.....	5
1.1- Sessões Plenárias.....	5
1.2- Pareceres.....	5
1.3- Representações.....	5
1.4 - Recursos.....	6
1.5- Recomendações	6
2- Execução de Acórdãos.....	7
3- Atividades Administrativas.....	8
3.1- Gestão de pessoas.....	8
Anexos.....	9
Anexo I – Representações.....	10
Anexo II – Recursos.....	14
Anexo III – Recomendações	23

1. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

1.1 SESSÕES PLENÁRIAS

Conforme determinação constante do inciso V, art. 3º, e do inciso II, art. 4º, ambos da Lei Complementar 451/2008, o Ministério Público de Contas fez-se presente nas Sessões Ordinárias realizadas em 2021 pelo Plenário, 1ª Câmara e 2ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, sendo representado pelos seus três procuradores – Luis Henrique Anastácio da Silva, Luciano Vieira e Heron Carlos Gomes de Oliveira – com participação consoante previsão na Portaria 001/2020 da Procuradoria-Geral de Contas.

Ao longo do exercício de 2021, foram realizadas 183 sessões dos três colegiados do Tribunal de Contas, entre virtuais e presenciais ou por meio de videoconferência, incluindo sessões especiais e extraordinárias. Dos processos submetidos a julgamento nos colegiados da Corte de Contas, houve pedidos de vista de seis casos por parte dos procuradores.

1.2 PARECERES

Em 2021, ingressaram 11.817 processos no Ministério Público de Contas e foram emitidos 5.928 pareceres.

Os processos submetidos à apreciação do MPC-ES são distribuídos de maneira igualitária entre as Procuradorias, obedecidos os critérios de igualdade e vinculação, bem como o princípio do promotor natural.

1.3 REPRESENTAÇÕES

Conforme disposto no inciso I do Art. 3º da Lei Complementar nº 451/2008, compete aos procuradores de Contas promover a defesa da ordem jurídica, representando contra a ilegitimidade ou irregularidade de qualquer despesa. Com base nessa competência, o MPC-ES ofereceu ao Tribunal de Contas 23 representações no ano de 2021, detalhadas no **Anexo I**.

1.4 RECURSOS

O Ministério Público de Contas tem legitimidade para recorrer das decisões do TCE-ES, podendo interpor os recursos e requerer as revisões previstas em lei, consoante disposto **no inciso III do Art. 3º da Lei Complementar nº 451/2008**.

Ao longo do exercício de 2021, foram interpostos 103 recursos pelo MPC-ES, conforme descrito no **Quadro 1** e detalhamento apresentado no **Anexo II**.

Quadro 1 – Recursos por Procuradoria

Tipo de Recurso	Primeira Procuradoria	Segunda Procuradoria	Terceira Procuradoria	Total
Agravo	8	1	2	11
Embargos de Declaração	4	14	1	19
Pedido de Reexame	1	26	2	29
Pedido de Revisão	1	1	-	2
Recurso de Reconsideração	-	30	12	42
Total	14	72	17	103

1.5 RECOMENDAÇÕES

Em 2021, o Ministério Público de Contas expediu seis recomendações, sendo quatro delas relacionadas a legislações aprovadas durante a pandemia que possuem eventuais ofensas à Lei Complementar 173/2020. Todas elas estão detalhadas no **Anexo III**.

2. EXECUÇÃO DE ACÓRDÃOS

Conforme atribuição prevista no **artigo 3º, inciso VII, da Lei Complementar 451/2008**, o Ministério Público de Contas é responsável por monitorar e acompanhar as cobranças relativas às punições aplicadas pelo Tribunal de Contas e, para isso, encaminha os títulos executivos emitidos pelo TCE-ES aos órgãos competentes para que adotem as providências cabíveis para a cobrança, judicial ou administrativa, dos valores relacionados às condenações.

Durante 2021, foram cadastradas 549 novas cobranças no sistema de execução e houve a comprovação do recolhimento de R\$ 860.624,69 aos cofres públicos, entre multas pagas e valores ressarcidos.

As atividades de monitoramento e acompanhamento da execução das cobranças são feitas pela Procuradoria-Geral em conjunto com a Secretaria do Ministério Público de Contas. Todas as cobranças estão disponíveis no site do MPC-ES para consulta, no **Sistema de Monitoramento e Acompanhamento de Cobranças**, sendo possível conferir nele os valores devidos por todos os condenados pelo TCE-ES a pagar multa e a ressarcir os cofres públicos, entre outros dados. As informações estão detalhadas abaixo, no **Quadro 2**:

Quadro 2 – Atividades de Monitoramento e Execução de Cobranças

Acompanhamento de execução	2021
Termos de atualização de valores a cobrar	565
Termos de verificação de valores pagos	160
Novas cobranças cadastradas no sistema de execução	549
Multas com recolhimento aos cofres públicos estaduais	R\$ 356.325,91
Ressarcimentos com recolhimento aos cofres públicos	R\$ 504.298,78
Total de multas e ressarcimentos recolhidos aos cofres públicos	R\$ 860.624,69

3. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

3.1 – GESTÃO DE PESSOAS

A estrutura operacional do MPC-ES contava, ao final de 2021, com 24 servidores e cinco estagiários, assim distribuídos, além dos três procuradores:

Quadro 3 – Distribuição de Pessoal no MPC-ES

Procuradoria	Cargo	Quantidade
Procuradoria-Geral	Chefe de Gabinete	1
	Assessor de Nível Superior	1
	Adjunto Operativo	1
Secretaria do MPC	Secretário-geral	1
	Assessor de Controle Externo	6
	Estagiário de Nível Superior	1
1ª Procuradoria	Assessor de Nível Superior I	2
	Assessor de Nível Superior	1
2ª Procuradoria	Chefe de gabinete	2
	Assessor de Nível Superior I	2
	Assessor de Nível Superior	2
	Estagiário de Pós-Graduação	1
	Estagiário de Nível Superior	1
3ª Procuradoria	Chefe de gabinete	1
	Assessor de Nível Superior I	2
	Assessor de Nível Superior	1
	Auditor de Controle Externo	1
	Estagiário de Nível Superior	2

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Anual - 2021

ANEXOS

ANEXO I – Representações

ANEXO II – Recursos

ANEXO III – Recomendações

ANEXO I

REPRESENTAÇÕES

Gabinete Especial Covid-19

- **Processo 1781/2021, de 19/04/2021** - Pede a concessão de medida cautelar para determinar a disponibilização das informações sobre as compras e contratações emergenciais efetuadas pela Prefeitura de São José do Calçado para o enfrentamento da pandemia da Covid-19.
- **Processo 3487/2021, de 30/07/2021** - Pede suspensão imediata dos pagamentos efetuados com base na Lei Municipal 2.339/2020, de Afonso Cláudio, que viola dispositivos da Lei Complementar 173/2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus e alterou a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
- **Processo 3918/2021, de 16/08/2021** - Aponta ilegalidade da recomposição salarial de 5% aos servidores do magistério de Cariacica, com efeitos retroativos a abril de 2020, e da compensação adicional de 3,49% sobre o vencimento dos servidores estatutários municipais, a partir de dezembro de 2020, ambas concedidas a partir de projetos de lei de autoria do prefeito do município no exercício de 2020.
- **Processo 4337/2021, de 30/08/2021** – Aponta violação às vedações previstas na Lei Complementar 173/2020 na publicação da Lei 4.512, de 13 de janeiro de 2021, que trouxe modificações na estrutura organizacional da Câmara de Guarapari.
- **Processo 4352/2021, de 01/09/2021** - Aponta três leis promulgadas pelo município de Castelo em dezembro de 2020 que afrontam dispositivos da Lei Complementar 173/2020 ao concederem revisão geral anual aos servidores da prefeitura e da câmara do município e promoveram alteração na remuneração do cargo de assistente de serviço de educação II.
- **Processo 4356/2021, de 01/09/2021** – Questiona a aprovação da Lei 1.308, de 16 de junho de 2020, que fez alterações no plano de cargos e carreiras do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) do município de Vargem Alta, criou quatro cargos comissionados de assessor, um cargo de gerente operacional e um cargo de gerente administrativo, ferindo dispositivos da Lei Complementar 173/2020.
- **Processo 4357/2021, de 01/09/2021** – Aponta afronta à Lei Complementar 173/2020 na majoração do valor de diárias concedidas a servidores da Câmara de Jaguaré.

- **Processo 4358/2021, de 01/09/2021** – Pede a concessão de medida cautelar para determinar ao prefeito de Irupí que suspenda os pagamentos decorrentes da Lei 987/2020, que acrescentou duas vagas no quantitativo de cargos comissionados de educador social, sem prazo de duração, o que implica aumento de despesa e criação despesa obrigatória de caráter continuado, em violação à Lei Complementar 173/2020.
- **Processo 4376/2021, de 02/09/2021** - Pede concessão de medida cautelar para determinar ao prefeito de Pedro Canário que suspenda os pagamentos dos auxílios previstos na Lei 1.403/2020.
- **Processo 4377/2021, de 02/09/2021** - Pede concessão de medida cautelar para determinar ao presidente da Câmara de Itapemirim que se abstenha de efetuar o pagamento do adicional de periculosidade previsto na Lei 3.228/2021.
- **Processo 4378/2021, de 02/09/2021** – Aponta violação às vedações previstas na LC 173/2020 na edição e promulgação da Lei 920/2021, da Prefeitura de Vila Valério, que cria a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil como órgão de assessoria e apoio direto ao prefeito e dá outras providências, amplia vagas e cria cargos efetivos e comissionados no município. Pede a concessão de medida cautelar para suspender os pagamentos decorrentes dessa lei.
- **Processo 4417/2021, de 03/09/2021** - Pede concessão de medida cautelar para determinar ao prefeito de Mucurici que suspenda os pagamentos relativos às vantagens decorrentes da Lei 757/2020, que ampliou o rol de servidores beneficiados com o prêmio de qualidade e inovação em afronta aos dispositivos da LC 173/2020.
- **Processo 4419/2021, de 03/09/2021** - Aponta a publicação de diversas leis que autorizam a criação de cargos em diversos setores da Prefeitura de São José do Calçado e uma lei que altera as atribuições, remunerações e requisito do cargo de assessor técnico da Secretaria Municipal de Saúde, bem como a ausência de declarações e estudos de impacto orçamentário exigidos pela LRF relativamente às leis questionadas, que estariam violando as normas da LC 173/2020.
- **Processo 5535/2021, de 04/10/2021** – Aponta possível irregularidade na edição, sanção e promulgação da Lei 3.952, de 22 de dezembro de 2020, que aumentou os valores dos subsídios do prefeito, do vice-prefeito e dos secretários do município de Linhares para o mandato de 2021 a 2024.
- **Processo 5485/2021, de 04/10/2021** – Aponta indícios de aumento da despesa de pessoal em período vedado pela Lei Complementar 173/2020 na Prefeitura de Jaguaré, a partir da promulgação da Lei Municipal 1.528, de 15 de junho de 2020, que “cria gerência especializada de gestão da central municipal de regulação, a gerência especializada de gestão da assistência

farmacêutica e o núcleo de tecnologia de informação na estrutura da Secretaria Municipal de Saúde”

- **Processo 7386/2021, de 24/11/2021** – Aponta a promulgação de duas leis pelo município de Marataízes em período posterior ao reconhecimento da calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19, ampliando a revisão geral da LC Municipal 2.111/2019 para os profissionais da Estratégia de Saúde da Família e Estratégia de Saúde Bucal e fixando novo valor de subsídio dos secretários municipais de Marataízes.

Primeira Procuradoria

- **Processo 7548/2021, de 01/12/2021** – Aponta indícios de prática de atos irregulares e possível dano ao erário no procedimento licitatório relativo ao Pregão Eletrônico 199/2021, conduzido pela Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos Estruturantes de Vila Velha, cujo objeto trata da contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de transbordo e transporte de resíduos sólidos urbanos até o destino indicado pela Prefeitura de Vila Velha.
- **Processo 8010/2021, de 10/12/2021** – Encaminha para apuração do TCE-ES denúncia recebida sobre possíveis irregularidades na edição de lei do município de Barra de São Francisco, em afronta à Lei Complementar 173/2020, em razão da criação de nova estrutura e cargos comissionados na prefeitura, com base em lei aprovada pela Câmara de Barra de São Francisco, em fevereiro de 2021.

Segunda Procuradoria

- **Processo 3426/2021, de 27/07/2021** - Aponta irregularidades na criação de normas municipais e protocolos para uso de medicamentos sem evidência científica que possibilite terapia específica de intervenção na Covid-19 e pede a concessão de medida cautelar ao TCE-ES para que os municípios capixabas suspendam imediatamente os atos que permitem o prosseguimento da indevida distribuição do chamado “Kit Covid”.
- **Processo 5716/2021, de 19/10/2021** – Aponta indícios de irregularidades nos pagamentos de Indenizações Suplementares de Escala Operacional (ISEO) a servidores do Gabinete do Delegado-geral da Polícia Civil do Espírito Santo.
- **Processo 7161/2021, de 22/11/2021** – Narra possíveis irregularidades consistentes na ausência de remessa de documentos e informações relativas a concurso público e atos admissionais ao Tribunal de Contas para fins de registro, por parte dos gestores do Banco do Estado do Espírito Santo S/A (Banestes), da Banestes Administradora e Corretora de Seguros Ltda (Banescor) e da Banestes Seguros S/A (Banseg).

Terceira Procuradoria

- **Processo 3203/2021, de 16/07/2021-** Pede concessão de medida liminar para determinar ao prefeito que retire imediatamente de suas redes sociais todas as publicações que associem as ações e programas realizados pelo município de Vila Velha à sua imagem e logomarca pessoal, bem como se abstenha de utilizar seu perfil pessoal para este fim.
- **Processo 16049/2019, aditamento apresentado em 03/12/2021** – Narra possíveis irregularidades decorrentes de duas contratações sem licitação firmadas de maneira emergencial pela Prefeitura de Lúna, no exercício de 2019, para prestação de serviços de transporte escolar, as quais envolvem fraude à licitação e superfaturamento, entre outras inconsistências.

ANEXO II

RECURSOS

Primeira Procuradoria

- **Embargos de Declaração 469/2021** — interposto em 02/02/2021 contra Acórdão 1666/2020, no Processo 3627/2015. Jurisdicionado: Prefeitura de Muniz Freire.
- **Embargos de Declaração 1709/2021** — interposto em 12/04/2021 contra Acórdão 330/2021, no Processo 5569/2020. Jurisdicionado: Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim.
- **Agravo 1733/2021** — interposto em 15/04/2021 contra Decisão 738/2021, no Processo 5846/2020. Jurisdicionado: Departamento de Edificações e de Rodovias do Estado do Espírito Santo (DER-ES).
- **Agravo 3016/2021** — interposto em 05/07/2021 contra Decisão 1646/2021, no Processo 2258/2021. Jurisdicionados: Governo do Estado do Espírito Santo e Prefeitura de Dores do Rio Preto.
- **Agravo 4344/2021** — interposto em 31/08/2021 contra Decisão 2227/2021, no Processo 3226/2021. Jurisdicionados: Governo do Estado do Espírito Santo e Prefeitura de Guarapari.
- **Agravo 4345/2021** — interposto em 31/08/2021 contra Decisão 2226/2021, no Processo 3109/2021. Jurisdicionados: Governo do Estado do Espírito Santo e Prefeitura de Mimoso do Sul.
- **Agravo 4422/2021** — interposto em 03/09/2021 contra Decisão 2228/2021, no Processo 3341/2021. Jurisdicionados: Governo do Estado do Espírito Santo e Prefeitura de Alto Rio Novo.
- **Agravo 4423/2021** — interposto em 03/09/2021 contra Decisão 2406/2021, no Processo 3388/2021. Jurisdicionados: Governo do Estado do Espírito Santo e Prefeitura de Alfredo Chaves.
- **Agravo 5834/2021** — interposto em 25/10/2021 contra Decisão 2747/2021, no Processo 4320/2021. Jurisdicionado: Governo do Estado do Espírito Santo/ Prefeitura de Apiacá.
- **Agravo 5999/2021** — interposto em 08/11/2021 contra Decisão 1485/2021, no Processo 2006/2021. Jurisdicionado: Governo do Estado do Espírito Santo/ Prefeitura de Pedro Canário.

- **Pedido de Reexame 7444/2021** — interposto em 25/11/2021 contra Parecer em Consulta 28/2021, no Processo 504/2020. Jurisdicionado: Assembleia Legislativa do Espírito Santo.
- **Pedido de Revisão 7469/2021** — interposto em 30/11/2021 contra Acórdão 1675/2019, no Processo 9294/2017. Jurisdicionado: Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema).
- **Embargos de Declaração 7840/2021** — interposto em 09/12/2021 contra Acórdão 1312/2021, no Processo 1535/2016. Jurisdicionado: Fundo Municipal de Saúde de Presidente Kennedy.
- **Embargos de Declaração 8057/2021** — interposto em 15/12/2021 contra Decisão Monocrática 1090/2021, no Processo 3354/2013. Jurisdicionado: Câmara de Governador Lindenberg.

Segunda Procuradoria

- **Recurso de Reconsideração 239/2021** — interposto em 12/01/2021 contra Acórdão 1177/2020, no Processo 8532/2019. Jurisdicionado: Câmara de Guarapari.
- **Pedido de Reexame 382/2021** — interposto em 26/01/2021 contra Acórdão 1312/2020, no Processo 2952/2015. Jurisdicionado: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo.
- **Recurso de Reconsideração 390/2021** — interposto em 27/01/2021 contra Acórdão 1307/2020, no Processo 6997/2017. Jurisdicionado: Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Guarapari.
- **Pedido de Reexame 403/2021** — interposto em 28/01/2021 contra Acórdão 1449/2020, no Processo 4407/2013. Jurisdicionado: Câmara de Anchieta.
- **Recurso de Reconsideração 404/2021** — interposto em 28/01/2021 contra Parecer Prévio 114/2020, no Processo 3259/2018. Jurisdicionado: Prefeitura de Divino São Lourenço.
- **Embargos de Declaração 586/2021** — interposto em 03/02/2021 contra Acórdão 1660/2020, no Processo 3359/2020. Jurisdicionado: Câmara de Guaçuí.
- **Embargos de Declaração 587/2021** — interposto em 03/02/2021 contra Acórdão 1668/2020, no Processo 7495/2016. Jurisdicionado: Prefeitura de Ecoporanga.
- **Embargos de Declaração 588/2021** — interposto em 03/02/2021 contra Acórdão 1667/2020, no Processo 4584/2016. Jurisdicionado: Prefeitura de Marataízes.

- **Embargos de Declaração 628/2021** — interposto em 05/02/2021 contra Acórdão 1618/2020, no Processo 2836/2016. Jurisdicionado: Câmara de Vila Velha.
- **Embargos de Declaração 844/2021** — interposto em 19/02/2021 contra Acórdão 74/2021, no Processo 6141/2017. Jurisdicionado: Prefeitura de Itapemirim.
- **Embargos de Declaração 845/2021** — interposto em 19/02/2021 contra Acórdão 68/2021, no Processo 2297/2019. Jurisdicionado: Prefeitura de Itapemirim.
- **Embargos de Declaração 848/2021** — interposto em 19/02/2021 contra Acórdão 49/2021, no Processo 4687/2016. Jurisdicionado: Prefeitura de Itapemirim.
- **Recurso de Reconsideração 892/2021** — interposto em 23/02/2021 contra Parecer Prévio 109/2020, no Processo 8706/2019. Jurisdicionado: Prefeitura de São Domingos do Norte.
- **Pedido de Reexame 893/2021** — interposto em 23/02/2021 contra Acórdão 1671/2020, no Processo 9328/2017. Jurisdicionado: Prefeitura de Itapemirim.
- **Pedido de Reexame 894/2021** — interposto em 23/02/2021 contra Acórdão 75/2021, no Processo 2388/2018. Jurisdicionado: Prefeitura de Governador Lindenberg.
- **Recurso de Reconsideração 895/2021** — interposto em 23/02/2021 contra Acórdão 1319/2020, no Processo 7001/2017. Jurisdicionado: Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá.
- **Pedido de Reexame 921/2021** — interposto em 24/02/2021 contra Acórdão 1591/2020, no Processo 3518/2020. Jurisdicionado: Prefeitura de Presidente Kennedy.
- **Pedido de Reexame 1006/2021** — interposto em 01/03/2021 contra Acórdão 1486/2020, no Processo 9080/2017. Jurisdicionado: Prefeitura da Serra e Secretaria Municipal de Obras da Serra.
- **Recurso de Reconsideração 1072/2021** — interposto em 03/03/2021 contra Parecer Prévio 132/2020, no Processo 8507/2019. Jurisdicionado: Prefeitura de Marataízes.
- **Recurso de Reconsideração 1074/2021** — interposto em 03/03/2021 contra Acórdão 1391/2020, no Processo 6989/2017. Jurisdicionado: Instituto de Previdência do Município de Cachoeiro de Itapemirim.
- **Recurso de Reconsideração 1185/2021** — interposto em 05/03/2021 contra Acórdão 1544/2020, no Processo 2445/2011. Jurisdicionado: Fundo Estadual de Saúde.

- **Recurso de Reconsideração 1237/2021** — interposto em 09/03/2021 contra Acórdão 1467/2020, no Processo 2756/2018. Jurisdicionado: Prefeitura de Anchieta.
- **Recurso de Reconsideração 1239/2021** — interposto em 10/03/2021 contra Acórdão 1437/2020, no Processo 6935/2017. Jurisdicionado: Instituto de Previdência dos Servidores do Município de São Gabriel da Palha.
- **Recurso de Reconsideração 1258/2021** — interposto em 11/03/2021 contra Acórdão 1663/2020, no Processo 3432/2017. Jurisdicionado: Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Domingos Martins.
- **Recurso de Reconsideração 1341/2021** — interposto em 19/03/2021 contra Parecer Prévio 126/2020, no Processo 8657/2019. Jurisdicionado: Prefeitura de Apiacá.
- **Embargos de Declaração 1411/2021** — interposto em 24/03/2021 contra Acórdão 260/2021, no Processo 10311/2016. Jurisdicionado: Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores de Jerônimo Monteiro.
- **Recurso de Reconsideração 1410/2021** — interposto em 24/03/2021 contra Acórdão 80/2021, no Processo 10305/2016. Jurisdicionado: Instituto de Previdência do Município de Cachoeiro de Itapemirim.
- **Pedido de Reexame 1530/2021** — interposto em 30/03/2021 contra Acórdão 1619/2020, no Processo 4451/2018. Jurisdicionado: Prefeitura da Serra e Secretaria Municipal de Obras da Serra.
- **Pedido de Reexame 1666/2021** — interposto em 08/04/2021 contra Decisão 144/2021, no Processo 2212/2017. Jurisdicionado: Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória.
- **Recurso de Reconsideração 1718/2021** — interposto em 13/04/2021 contra Acórdão 5/2021 no Processo 10281/2016. Jurisdicionado: Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Alegre.
- **Pedido de Reexame 1715/2021** — interposto em 13/04/2021 contra Decisão 186/2021 no Processo 4144/2017. Jurisdicionado: Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória.
- **Pedido de Reexame 1717/2021** — interposto em 13/04/2021 contra Decisão 143/2021 no Processo 378/2017. Jurisdicionado: Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória.
- **Pedido de Reexame 1716/2021** — interposto em 13/04/2021 contra Decisão 407/2021 no Processo 1522/2018. Jurisdicionado: Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória.

- **Recurso de Reconsideração 1779/2021** – interposto em 19/04/2021 contra Parecer Prévio 16/2021 no Processo 8684/2019. Jurisdicionado: Prefeitura de Jaguaré.
- **Recurso de Reconsideração 1778/2021** – interposto em 19/04/2021 contra Acórdão 203/2021 no Processo 8983/2018. Jurisdicionado: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cariacica.
- **Pedido de Reexame 1802/2021** – interposto em 22/04/2021 contra Decisão 75/2021 no Processo 510/2018. Jurisdicionado: Instituto de Previdência dos Servidores da Serra.
- **Pedido de Reexame 1879/2021** – interposto em 27/04/2021 contra Decisão 175/2021 no Processo 9160/2013. Jurisdicionado: Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Guarapari.
- **Embargos de Declaração 1926/2021** – interposto em 30/04/2021 contra Acórdão 350/2021 no Processo 3402/2020. Jurisdicionado: Secretaria Municipal de Serviços Urbanos de Vila Velha.
- **Pedido de Reexame 2106/2021** – interposto em 14/05/2021 contra Decisão 703/2021 no Processo 872/2017. Jurisdicionado: Instituto de Previdência dos Servidores da Serra.
- **Recurso de Reconsideração 2367/2021** – interposto em 25/05/2021 contra Acórdão 117/2021 no Processo 7359/2018. Jurisdicionado: Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Leopoldina.
- **Embargos de Declaração 2457/2021** – interposto em 26/05/2021 contra Decisão 1297/2021 no Processo 3408/2016. Jurisdicionado: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo.
- **Pedido de Reexame 2783/2021** – interposto em 16/06/2021 contra Acórdão 334/2021 no Processo 1107/2020. Jurisdicionado: Prefeitura de Bom Jesus do Norte.
- **Recurso de Reconsideração 2784/2021** – interposto em 16/06/2021 contra Acórdão 292/2021 no Processo 5187/2012. Jurisdicionado: Secretaria de Estado da Saúde.
- **Pedido de Reexame 2830/2021** – interposto em 17/06/2021 contra Decisão 1266/2021 no Processo 3009/2017. Jurisdicionado: Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória.
- **Pedido de Reexame 2887/2021** – interposto em 23/06/2021 contra Acórdão 1667/2020 no Processo 4584/2016. Jurisdicionado: Prefeitura de Marataízes.
- **Pedido de Reexame 2888/2021** – interposto em 23/06/2021 contra Acórdão 74/2021 no Processo 6141/2017. Jurisdicionado: Prefeitura de Itapemirim.

- **Embargos de Declaração 2905/2021** – interposto em 25/06/2021 contra Acórdão 727/2021 no Processo 2449/2020. Jurisdicionado: Consórcio Público da Região Polinorte.
- **Recurso de Reconsideração 2934/2021** – interposto em 30/06/2021 contra Acórdão 621/2021 no Processo 14725/2019. Jurisdicionado: Instituto de Previdência dos Servidores do Município de João Neiva.
- **Embargos de Declaração 2835/2021** – interposto em 30/06/2021 contra Acórdão 716/2021 no Processo 10318/2016. Jurisdicionado: Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória.
- **Embargos de Declaração 2944/2021** – interposto 01/07/2021 contra Decisão 1735/2021, no Processo 7052/2021. Jurisdicionado: Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores de Anchieta.
- **Pedido de Reexame 3080/2021** – interposto em 12/07/2021 contra Decisão 1265/2021, no Processo 9736/2016. Jurisdicionado: Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores de Vitória.
- **Recurso de Reconsideração 3206/2021** – interposto em 19/07/2021 contra Acórdão 599/2021, no Processo 9923/2016. Jurisdicionado: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Barra de São Francisco.
- **Recurso de Reconsideração 3414/2021** – interposto em 26/07/2021 contra Acórdão 617/2021, no Processo 6767/2016. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Barra de São Francisco.
- **Pedido de Reexame 3428/2021** – interposto em 28/07/2021 contra Decisão 1605/2021, no Processo 13764/2015. Jurisdicionado: Instituto de Previdência dos Servidores de Guarapari.
- **Recurso de Reconsideração 3441/2021** – interposto em 28/07/2021 contra Acórdão 224/2021, no Processo 8071/2018. Jurisdicionado: Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores de Boa Esperança.
- **Pedido de Reexame 3928/2021** – interposto em 17/08/2021 contra Acórdão 696/2021, no Processo 7127/2014. Jurisdicionado: Secretaria do Estado da Segurança Pública de Defesa Social.
- **Recurso de Reconsideração 4233/2021** – interposto em 24/08/2021 contra Acórdão 869/2021, no Processo 2295/2020. Jurisdicionado: Secretaria Municipal de Comunicação de São Mateus.
- **Pedido de Reexame 4234/2021** – interposto em 24/08/2021 contra Decisão 1784/2021, no Processo 6823/2015. Jurisdicionado: Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores de Vitória.
- **Pedido de Reexame 4334/2021** – interposto em 30/08/2021 contra Acórdão 834/2021, no Processo 2647/2018. Jurisdicionado: Prefeitura de Guarapari.

- **Recurso de Reconsideração 4424/2021** – interposto em 03/09/2021 contra Acórdão 40/2021, no Processo 10306/2016. Jurisdicionado: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Cariacica.
- **Recurso de Reconsideração 5483/2021** — interposto em 04/10/2021 contra Acórdão 950/2021, no Processo 14698/2019. Jurisdicionado: Instituto de Previdência Dos Servidores do Município de São Gabriel da Palha.
- **Recurso de Reconsideração 5835/2021** — interposto em 26/10/2021 contra Acórdão 1012/2021, no Processo 14726/2019. Jurisdicionado: Instituto de Previdência de Vila Velha.
- **Pedido de Reexame 5836/2021** — interposto em 26/10/2021 contra Decisão 2525/2021, no Processo 27/2020. Jurisdicionado: Instituto de Previdência Dos Servidores do Estado do Espírito Santo.
- **Agravo 5847/2021** — interposto em 26/10/2021 contra Decisão 3239/2021, no Processo 20558/2019. Jurisdicionado: Câmara Municipal de Pancas e Prefeitura Municipal de Pancas.
- **Recurso de Reconsideração 5848/2021** — interposto em 26/10/2021 contra Acórdão 1030/2021, no Processo 7364/2018. Jurisdicionado: Instituto de Previdência Dos Servidores de Anchieta.
- **Recurso de Reconsideração 5850/2021** — interposto em 26/10/2021 contra Acórdão 1001/2021, no Processo 7363/2018. Jurisdicionado: Instituto de Previdência e Assistência Dos Servidores do Município de Vitória.
- **Pedido de Revisão 5995/2021** — interposto em 05/11/2021 contra Acórdão 1061/2021, no Processo 4728/2020. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Norte.
- **Recurso de Reconsideração 7181/2021** — interposto em 22/11/2021 contra Parecer Prévio 90/2021, no Processo 8675/2019. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Ibatiba.
- **Pedido de Reexame 7182/2021** — interposto em 22/11/2021 contra Acórdão 1125/2021, no Processo 8163/2019. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Colatina.
- **Embargos de Declaração 7341/2021** — interposto em 23/11/2021 contra Acórdão 1290/2021, no Processo 2853/2019. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Ibatiba.
- **Recurso de Reconsideração 7415/2021** — interposto em 25/11/2021 contra Acórdão 1040/2021, no Processo 2249/2020. Jurisdicionado: Fundo Municipal de Saúde de Muniz Freire.

- **Pedido de Reexame 7417/2021** — interposto em 26/11/2021 contra Acórdão 1138/2021, no Processo 4750/2020. Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Vila Valério.

Terceira Procuradoria

- **Recurso de Reconsideração 331/2021** — interposto em 19/01/2021 contra Parecer Prévio 91/2020, no Processo 5198/2017. Jurisdicionado: Prefeitura de Vila Velha.
- **Recurso de Reconsideração 332/2021** — interposto em 19/01/2021 contra Acórdão 1004/2020, no Processo 7062/2017. Jurisdicionado: Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória.
- **Recurso de Reconsideração 841/2021** — interposto em 18/02/2021 contra Acórdão 1253/2020, no Processo 10301/2016. Jurisdicionado: Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Iconha.
- **Recurso de Reconsideração 909/2021** — interposto em 24/02/2021 contra Acórdão 1308/2020, no Processo 7002/2017. Jurisdicionado: Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de São José do Calçado.
- **Recurso de Reconsideração 1077/2021** — interposto em 03/03/2021 contra Acórdão 1457/2020, no Processo 3433/2017. Jurisdicionado: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Viana.
- **Pedido de Reexame 1235/2021** — interposto em 09/03/2021 contra Acórdão 1481/2020, no Processo 2351/2020. Jurisdicionado: Secretaria de Estado da Justiça.
- **Recurso de Reconsideração 1310/2021** — interposto em 16/03/2021 contra Parecer Prévio 122/2020, no Processo 3274/2018. Jurisdicionado: Prefeitura de Marechal Floriano.
- **Agravo 1309/2021** — interposto em 16/03/2021 contra Decisão 306/2021, no Processo 8382/2015. Jurisdicionado: Prefeitura de Aracruz.
- **Recurso de Reconsideração 1327/2021** — interposto em 18/03/2021 contra Acórdão 1593/2020, no Processo 3213/2015. Jurisdicionado: Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Fundão.
- **Recurso de Reconsideração 1511/2021** — interposto em 29/03/2021 contra Acórdão 1637/2020, no Processo 4033/2015. Jurisdicionado: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cariacica.
- **Recurso de Reconsideração 1777/2021** — interposto em 19/04/2021 contra Acórdão 110/2021, no Processo 14714/2019. Jurisdicionado Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Itapemirim.

- **Recurso de Reconsideração 3039/2021** – interposto em 08/07/2021 contra Acórdão 521/2021, no Processo 2789/2020. Jurisdicionado: Fundo de Desenvolvimento Econômico do Sul do Estado do Espírito Santo.
- **Recurso de Reconsideração 4275/2021** – interposto em 27/08/2021 contra Acórdão 759/2021, no Processo 2221/2020. Jurisdicionado: Secretaria Municipal de Governo de São Mateus.
- **Embargos de Declaração 4634/2021** – interposto em 10/09/2021 contra Acórdão 960/2021, no Processo 5319/2014. Jurisdicionado: Prefeitura de Aracruz.
- **Recurso de Reconsideração 5568/2021** — interposto em 08/10/2021 contra Acórdão 943/2021, no Processo 14717/2019. Jurisdicionado: Instituto de Previdência dos Servidores do Município da Serra.
- **Pedido de Reexame 5949/2021** — interposto em 03/11/2021 contra Parecer em Consulta 23/2021, no Processo 1995/2021. Jurisdicionado: Companhia Espírito-Santense de Saneamento (Cesan).
- **Agravo 8040/2021** — interposto em 14/12/2021 contra Decisão 3079/2021, no Processo 3203/2021. Jurisdicionado: Prefeitura de Vila Velha.

ANEXO III

RECOMENDAÇÕES

Gabinete Especial Covid-19

- **Recomendação 001/2021, de 20/07/2021** - Recomenda ao prefeito de Cariacica que suspenda imediatamente o pagamento do reajuste concedido aos servidores do quadro do magistério público do município de Cariacica pela Lei Municipal 6.112/2020, visto que a despesa viola a LC 173/2020.
- **Recomendação 002/2021, de 02/08/2021** - Recomenda ao prefeito de Cariacica que suspenda imediatamente o pagamento do reajuste concedido aos servidores estatutários do município de Cariacica pela Lei Complementar Municipal 94/2020, visto que a despesa viola a LC 173/2020.
- **Recomendação 003/2021, de 01/09/2021** - Recomenda a revogação imediata da Lei Municipal 1.723, de 6 de julho de 2020, promulgada pelo prefeito de Santa Leopoldina, visto que ela fere a LC 173/2020.
- **Recomendação 004/2021, de 03/09/2021** - Recomenda a revogação imediata da LC Municipal 2.167, de 15 de setembro de 2020, e da Lei Municipal 2.186, de 23 de dezembro de 2020, promulgadas pelo prefeito de Marataízes, visto que ambas ferem a LC 173/2020.

Primeira Procuradoria

- **Recomendação 001/2021, de 14/04/2021** – Recomenda à Prefeitura de Vitória a anulação dos editais de duas licitações para contratação de empresa para prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação de resíduos dos serviços de saúde e de resíduos sólidos do município, em razão de afronta às orientações do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES) e do Ministério Público Estadual (MPES) por aglutinar itens que compõem os serviços de limpeza pública.

Terceira Procuradoria

- **Recomendação 001/2021, de 22/11/2021** - Recomenda ao chefe do Executivo de Viana que promova a imediata prorrogação do prazo de validade dos concursos públicos para provimento dos cargos efetivos referentes aos Editais 001/2018 (cargos de magistério) e 003/2018 (cargos diversos) e a prorrogação do prazo de validade do concurso 002/2018 (Guarda Municipal), o qual se encontra pendente de homologação, entre outras medidas.